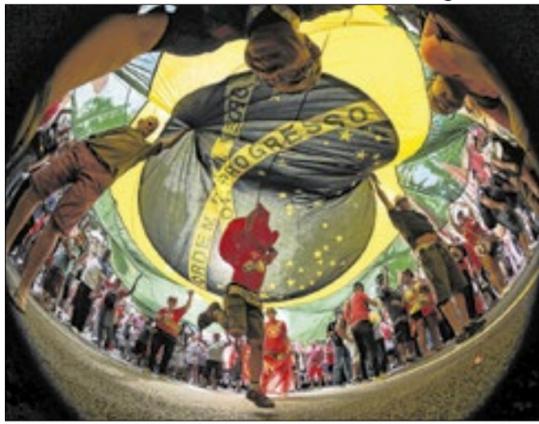


CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Paulo Pinto/Agência Brasil



Segundo a USP, ato reuniu 6 mil pessoas

Debate sobre a anistia não parece entusiasmar

Publicamente, nem um lado nem outro irá admitir. Mas o fato é que flopam tanto o ato em favor da anistia produzido pelos aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro em Copacabana, no Rio de Janeiro, no dia 16 de março quanto a manifestação contra o projeto organizada pelo PT e pelo Psol no domingo (30) na Avenida Paulista, em São Paulo. De acordo com o mesmo Monitor do

Debate Político no Meio Digital, da Universidade de São Paulo (USP), foram 18 mil em Copacabana e 6 mil na Paulista. Mais um sinal de que a população, como as eleições municipais do ano passado já indicavam, cansou um bocado dessa polarização. No caso, porém, a essa altura isso pode ser mais má notícia para Bolsonaro. É ele quem enfrenta julgamento.

Jogo parado

É Bolsonaro, portanto, quem mais precisaria mobilizar a sociedade para pressionar a justiça a seu favor. Leituras feitas por alguns políticos nesta segunda-feira (31) apontam que a frustração dos dois atos poderá estimular o Congresso a jogar parado em torno do projeto.

Projeto

As ruas, até agora, apontam para indiferença quanto ao caso. Uma situação, portanto, que poderá levar o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) a querer empurrar o projeto com a barriga. E deixar o protesto estridente somente na boca dos mais radicais.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



O que fará Hugo Motta com o projeto de anistia?

Governo, porém, olha movimentação com cuidado

O governo, no entanto, não irá somente ficar apostando nessa possibilidade. Por outro lado, há um temor de que o líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), venha a conseguir as assinaturas de apoio para fazer tramitar o projeto de anistia em regime de urgência. No fim de semana, ele comemorou apoios dos líderes do PSD

e do Novo, o que não necessariamente significa adesão total das bancadas (no Novo, é até possível, no PSD, não). Mas os cálculos feitos pelo líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), são de que a urgência já teria mais de 200 votos de apoio. A possível adesão não é necessariamente em favor de Bolsonaro.

Gleisi

É mais relacionada à impressão de que houve exagero em algumas penas. Não é por outra razão que a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, faz circular um levantamento sobre as penas que foram impostas àqueles que foram presos após o 8/01.

Acordo

Segundo esses dados, dos 1.604 réus, mais da metade (546) fez acordo, com suas penas canceladas. Entre os que não fizeram acordo, 237 foram condenados a somente um ano de prisão, e já cumpriram suas penas. Os condenados com penas mais graves são, assim, 205.

Progressão

De fato, nesses casos, as penas variam entre 14 e 17 anos, mas a maioria não ficará presa por esse tempo. Pelos critérios de progressão de pena, a maioria estará em regime semiaberto ou prisão domiciliar logo. Gleisi postou os dados nas redes sociais, mas negocia com eles.

Reforma

Há rumores de que, após a volta da viagem ao Japão e ao Vietnã, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva possa acelerar a reforma ministerial. Teria sido para isso a presença na comitiva de Hugo Motta, Davi Alcolumbre (União-AP), Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Líderes discutem urgência para o PL da Anistia

Caberá a Hugo Motta definir a questão; PL diz ter assinaturas

Por Gabriela Gallo

Nesta terça-feira (1º), o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), deverá propor oficialmente a urgência para a votação do projeto que concede anistia aos condenados e presos pela invasão e depredação dos prédios dos três poderes, dentro do inquérito sobre os atos antidemocráticos. O requerimento de urgência para o PL da Anistia (projeto de lei 2858/2022) deverá ser apresentado na reunião de líderes. Os parlamentares irão se reunir com o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), após uma semana em que ficou ausente do país, em viagem ao Japão e ao Vietnã na comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A votação do PL 2858/2022 está travada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) desde o final do ano passado. O Partido Liberal irá propôr aos demais líderes votar a urgência do PL da Anistia. Com isso, o projeto iria para votação direta no plenário da Casa sem precisar ser apreciado nas comissões anteriormente. A sigla se empenha para votar a urgência do projeto já na próxima semana.

Hugo Motta

Contudo, ainda não há certeza se Hugo Motta acatará o pedido da oposição. O presidente da Câmara vem sendo pressionado tanto pelo governo quanto pela oposição. Buscando evitar atrito com o presidente Lula e com o poder Judiciário, Hugo Motta busca um meio termo, através da criação da comis-



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Caberá a Hugo Motta decidir se dará ou não urgência ao PL da Anistia

são especial para avaliar o tema. Dessa forma, ele destravaria o projeto na Casa – que iria ser votado na CCJ, para depois seguir para análise na comissão especial e assim seguir para o plenário da Câmara –, mas ganharia tempo para negociar com mais calma.

Porém, o partido do ex-presidente Jair Bolsonaro não aceita a proposta e segue firme em pautar a urgência do projeto. Em caso de desacordo, o PL deve seguir em obstrução nos trabalhos na Casa. Os parlamentares da sigla aderiram ao movimento na última semana, após a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) tornar Jair Bolsonaro e outros sete indiciados réus por tentativa de golpe de Estado – que levaram aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro.

Obstrução é um recurso que visa impedir o prosseguimento dos trabalhos e ganhar tempo dentro de uma ação política, um tipo de greve parlamentar. E como o PL é a maior bancada da Câmara, com 92 representantes, apesar de a sigla não impedir votações em plenário, tem força suficiente para travar votações nas comissões permanentes da Casa.

Urgência

Neste sábado (29), Sóstenes publicou em suas redes sociais que os partidos PSD e Novo apoiaram o requerimento de urgência do PL da Anistia. Considerando um apoio, ainda que parcial, dos partidos do Centrao, o Partido Liberal calcula 309 sinalizações favoráveis para aprovar a urgência do projeto.

Se for confirmado, o projeto será aprovado com uma vasta margem de diferença, além dos votos necessários. “Não há democracia com perseguição. A anistia é um passo vital para restaurar a justiça no Brasil”, defendeu Sóstenes com o apoio dos partidos.

Por outro lado, o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), informou que o governo – que visa barrar integralmente o projeto – tem o apoio dos partidos da base aliada ao governo: Federação PT-PCdoB-PV, PDT, PSB e a federação PSOL-Rede são contra o projeto. Porém, como esse grupo tem menos parlamentares do que as siglas que manifestaram apoio a urgência do projeto, cabe a Hugo Motta definir se pautará a urgência do projeto ou não.

MPF arquiva inquérito contra Bolsonaro no caso da baleia

Por Karoline Cavalcante

O Ministério Público Federal (MPF) determinou o arquivamento do inquérito que investigava se o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) cometeu crime de importunação ao se aproximar indevidamente de uma baleia jubarte durante um passeio de jet ski em São Sebastião, no litoral norte de São Paulo. A decisão é assinada pela procuradora-geral da República, Maria Rezende Capucci, que entendeu que a aproximação com o animal aconteceu de maneira não intencional e sem objetivo de incomodá-lo.

Para ela, embora Bolsonaro tenha desrespeitado o distanciamento mínimo, os elementos colhidos ao longo da apuração não demonstraram que houve qualquer intenção de incomodar, maltratar, enfadar ou causar dano ou prejuízo a alguma espécie de cetáceo. “Ainda que possa ter existido, não foi suficientemente demonstrada pelos elementos colhidos na investigação a justificativa do início da persecução penal”, afirmou a procuradora.

“Insistir em uma ação penal sem perspectivas de novos elementos que

possam alterar as conclusões aqui trazidas não se mostra razoável e, tampouco, indica eficiência na atuação criminal”, prosseguiu Capucci.

Relembre

A denúncia foi feita pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Na-



Instituto Baleia Jubarte

Bolsonaro aproximou-se de baleia com jet ski

turais Renováveis (Ibama) após um vídeo publicado nas redes sociais em junho de 2023 mostrar uma interação de embarcações com uma baleia jubarte a menos de 15 metros de distância. A legislação ambiental brasileira proíbe que essa aproximação aconteça com motor engrenado a uma distância inferior a 100 metros de qualquer espécie de baleia.

No depoimento prestado à Polícia Federal, Bolsonaro confirmou ser a pessoa filmada e negou que tenha realizado qualquer movimentação para prejudicar o animal. De acordo com ele, ainda que desconhecesse a proibição de se aproximar de cetáceos, tomou o cuidado de deixar o veículo em ponto morto

até que o animal se afastasse. Além disso, disse se recordar de ter adotado a precaução de não cruzar a linha de deslocamento do animal, muito menos se aproximar dele para evitar uma situação de risco. Em março do ano passado, a PF concluiu o inquérito e decidiu não indiciar o ex-chefe do Executivo.

Sanções administrativas

Em nota enviada ao Correio da Manhã, o Ministério Público afirmou que a ausência de intencionalidade e o consequente arquivamento do procedimento penal não eximem os envolvidos de sanções administrativas, uma vez que os elementos necessários para

a caracterização da infração penal não se confundem com os elementos caracterizadores da infração administrativa.

“É nesse contexto que o Ibama, de maneira correta, já autuou administrativamente os envolvidos por desrespeitarem normas do órgão que estabelecem regras para a observação de baleias. Importante destacar ainda que, caso novos elementos de prova surjam, nada impede que a investigação criminal seja reaberta”, declarou o órgão ao se referir à multa de R\$ 2,5 mil já aplicada pelo Ibama ao ex-presidente pelo episódio.

“Absurda”

O advogado de Bolsonaro, Paulo Cunha Bueno, comemorou o arquivamento do inquérito, classificando a apuração como “absurda”. Para ele, a mobilização do aparato estatal foi desproporcional e direcionada a um incidente sem relevância jurídica, mas amplamente explorado politicamente. “A defesa continuará envidando todos os esforços para que as demais imputações tenham endereçamento análogo, perseguindo o divórcio entre questões jurídicas e questões políticas”, disse o advogado em postagem na rede social X (antigo Twitter).

Jair Bolsonaro também fez uma ironia sobre o caso nas redes sociais, publicando uma imagem de uma baleia em um tribunal, acompanhada da legenda: “Baleia presta depoimento contra Bolsonaro”.